

SUMÁRIO

Introdução – O tempo da incoerência

Capítulo 1 – Da Antiguidade à sociedade solidária – Breve história da repressão ao comportamento contraditório

1. Coerência e incoerência na cultura universal
2. O direito romano e seu casuísmo
3. O direito medieval e o surgimento do *nemo potest venire contra factum proprium*
4. O direito moderno e o jusracionalismo
5. A Revolução Francesa e a consagração do liberalismo
6. As grandes codificações e o *venire contra factum proprium*
7. O século XX e a perda da humanidade
8. Dignidade humana e solidariedade social
9. A nova autonomia privada
10. O *venire contra factum proprium* no direito contemporâneo

Capítulo 2 – A boa-fé objetiva e a tutela da confiança – Fundamento e utilidade do princípio de proibição do comportamento contraditório no direito brasileiro

1. O direito positivo brasileiro e o *venire contra factum proprium*
2. A superação do impasse
3. A boa-fé objetiva e a sua trílice função
4. A tutela da confiança
5. De volta ao *venire contra factum proprium*
6. Fundamento do *nemo potest venire contra factum proprium* e seus reflexos
7. Fundamento constitucional do *nemo potest venire contra factum proprium*
8. O problema do abuso do direito
9. Boa-fé e abuso do direito: um cotejo necessário
10. A superutilização da boa-fé objetiva
11. Utilidade do *nemo potest venire contra factum proprium*

Capítulo 3 – A dogmática do *nemo potest venire contra factum proprium* – Pressupostos e consequências de aplicação do princípio de proibição ao comportamento contraditório

1. Pressupostos de aplicação do princípio de proibição ao comportamento contraditório
 - 1.1. O *factum proprium*
 - 1.2. A legítima confiança
 - 1.3. Contradição ao *factum proprium*
 - 1.4. Dano efetivo ou potencial

- 1.5. A questão da identidade de sujeitos
2. Consequências da aplicação do *nemo potest venire contra factum proprium*
 - 2.1. Impedimento da conduta contraditória
 - 2.2. Reparação do dano derivado da conduta contraditória
 - 2.3. É possível pleitear o desfazimento da conduta contraditória?
3. Distinção entre o *venire contra factum proprium* e figuras afins
 - 3.1. Renúncia tácita
 - 3.2. Proibição de alegação da própria torpeza
 - 3.3. *Exceptio doli*
 - 3.4. *Tu quoque*
 - 3.5. *Verwirkung* ou *suppressio*

Capítulo 4 – Análise de casos e hipóteses de incidência – O *venire contra factum proprium* na prática

1. Alguns dados gerais
2. *Venire contra factum proprium* no Supremo Tribunal Federal
3. *Venire contra factum proprium* no Superior Tribunal de Justiça
4. *Venire contra factum proprium* e direito de família
5. *Venire contra factum proprium* e direito das sucessões
6. *Venire contra factum proprium* da Administração Pública
7. *Venire contra factum proprium* e direito societário
8. *Venire contra factum proprium* e direito tributário
9. *Venire contra factum proprium* e direito processual
10. *Venire contra factum proprium* e inadimplemento contratual
11. *Venire contra factum proprium* e direito internacional
12. *Venire contra factum proprium* na CISG
13. *Venire contra factum proprium* e propriedade intelectual
14. *Venire contra factum proprium* e direito do trabalho
15. *Venire contra factum proprium* e correção monetária
16. *Venire contra factum proprium* e atividade jurisdicional
17. Ruptura injustificada das negociações preliminares
18. *Venire contra factum proprium* e arbitragem
19. *Venire contra factum proprium* e o problema das nulidades
20. *Venire contra factum proprium* e situações existenciais

Conclusão

Bibliografia